

## A VIDA POLÍTICA PORTUGUESA ATRAVÉS DAS *FARPAS* (1871-1885):

### Realidade ou “ilusão da aparência”?

MARIA ANTONIETA CRUZ  
(Univ. Porto)

177

As eleições, os deputados, o parlamento, a governação em regime democrático foram e são, frequentemente, alvo de crítica e suspeição. No Portugal de oitocentos alguns escritores deixaram inúmeras páginas cuja mensagem indigna o leitor, chocado pela profusão das denúncias de corrupção, fraude, compadrio, incompetência ou indolência dos detentores de pequenas, médias ou grandes parcelas de poder. Apesar de não possuírem o exclusivo da revelação de irregularidades (também descritas em documentos insuspeitos como os emanados pela comissão de verificação de poderes, as actas eleitorais e, ainda, plasmadas nos jornais políticos que elogiavam os sectores ideológico-partidários que apoiavam e criticavam, duramente, os que se lhes opunham), são os romances e crónicas de alguns grandes escritores a fonte mais copiosa de tais críticas.

Nas *Farpas*, literárias e panfletárias, abundam as referências à vida política portuguesa, apesar de Ramalho Ortigão, um dos seus autores, não parecer encontrar sedução «no jornalismo contemporâneo [em que] toda a pena é uma arma de combate» (Ortigão: 1971a, p. 146). Afirmava-se membro da «pequena companhia antipática dos *bota-abaixo*» (Ortigão: 1971a, p. 145), e, conjuntamente com Eça de Queiroz<sup>1</sup>, escreveu inúmeras páginas de crítica e denúncia das irregularidades existentes na vida política nacional, cuja evolução o país acompanhava, na opinião de Eça, «com a mesma distração com que ouv[ia] falar dos negócios do Cáucaso» (Eça de Queiroz: vol. I, p. 19). A indiferença dos portugueses radicava, segundo este autor, no comportamento dos políticos, pois que «o corpo legislativo há muitos anos que não legisla» (Eça de Queiroz: vol. I, p. 19), a «deputação é uma espécie de funcionalismo para quem é incapaz de qualquer função. É o emprego dos inúteis. (...) O Parlamento é uma sucursal do Grémio. (...) O ministério (...) não governa, não tem ideia, não tem sistema; nada reforma, nada estabelece» (Eça de Queiroz: vol. I, p. 20). Perante esta incapacidade de todos os detentores do poder político, ao país resta pagar e rezar: «Paga para ter ministros que não governam, deputados que não legislam, soldados que o não defendem, padres que rezam contra ele. Paga àqueles que o espoliam, e àqueles que são seus parasitas. Paga os que o assassinam, e paga os que o atraíçoam. Paga os seus reis e os seus carcereiros. Paga tudo, paga para tudo» (Eça de Queiroz: vol. I, p. 21).

<sup>1</sup> Eça de Queiroz foi nomeado cônsul de Havana em Outubro de 1872. Ramalho Ortigão passará, então, a ser o único autor das *Farpas*.

Para este descalabro os partidos existentes não se constituíam como alternativas pois que, em todos eles, imperava o vazio e a monotonia programática<sup>2</sup>. Os nomes de alguns dos mais activos políticos de então aparecem-nos inegavelmente manchados pela pena dos autores das *Farpas*<sup>3</sup>. Quase todos nos são descritos como incompetentes, incapazes, corruptos, ociosos, devassos, ruins. Os que o não são rapidamente serão contaminados. Os «deputados rurais, tostados pelo sol dos comícios bucólicos, cheirando ao feno dos campos, às teias do linho do bragal e às maçãs camoesas, (...) compenetrados de lombo de porco e de castanhas assadas» e «com os pátrios alforges peçados de requerimentos e de memoriais» (Ortigão: 1962a, IV, p. 65) de súbito «morderam ávidos e pecaminosos o fruto proibido dos édenes da Baixa, cortaram o cabelo, mandaram fazer camisas, compraram o chapéu da moda e abriram as suas assinaturas em S. Carlos e no Grémio.» (Ortigão: 1962a, p. 65). Logo serão engolidos pela «Babilónia burguesa e barata» (Ortigão: 1962a, p. 65) e a mutação será tão profunda que, no retorno à aldeia que os elegeu ninguém, nem mesmo as suas próprias mães, os reconhecerá tal a transformação de aspecto e hábitos. Levarão com eles, entre outras coisas, «mais corrupção, mais esterilidade de ideias, mais rebaixamento moral» (Ortigão: 1962a, p. 66) e depressa serão esquecidos<sup>4</sup>. Só então se aperceberão, embora tarde demais, entre outras coisas, «que a política portuguesa é uma intriga baixa» (Ortigão: 1962a, p. 65). Aliás, o parlamento foi das instituições mais duramente criticadas pelos autores em análise<sup>5</sup>. Eça, apesar de ressaltar alguns dos seus membros, sublinhava, em Maio de 1871, que a então Câmara de Deputados não tinha «princípios, nem ideias, nem consciência, nem independência, nem patriotismo, nem ciência, nem eloquência, nem seriedade» (Eça de Queiroz: 1965, vol. I, p. 58), concluindo que «a Câmara tem a falta absoluta de qualidades que a ilustrariam, e a abundância de defeitos que a desonram.» (Eça de Queiroz: vol. I, p. 58). A denúncia da forma pouco correcta como os próprios deputados se interpelavam levou o mesmo autor a considerar que cada um poderia recolher argumentos «consultando o dicionário, o seu aguadeiro, a porta da Alfândega e os fadistas da Praça da Figueira.» (Eça de Queiroz: vol. I, p. 168). Nem mesmo a presidência do Parlamento parece ter escapado aos incompetentes e prepotentes<sup>6</sup>.

O processo eleitoral é descrito como uma sequência de actos de alienação dos mais frágeis com a sua conseqüente manipulação<sup>7</sup>. A ligação dos políticos ao povo é forte quando ele é «uma imagem parlamentar». Nessa altura o povo «para eles é tudo: vocativo, genitivo e dativo, nome, profissão e naturalidade, família, estado e linha de conduta, sinais fisionómicos, geografia física e prendas de salão.». Quando se concretiza, «sempre que ele em pessoa se deixa ver, (...) o povo para todos estes senhores cessa imediatamente de ser povo, e passa a ser esta outra coisa; – *alguns maltrapilhos*» (Ortigão: 1946, vol. I, pp. 82-83).

De forma excessiva e algo demagógica, todo o processo eleitoral é apresentado repleto de vício e fraude: «As eleições fazem-se ou pela compra da consciência a di-

<sup>2</sup> Queiroz: 1965, vol. I, p. 38.

<sup>3</sup> Veja-se, como exemplo: 1962a, pp. 29-35.

<sup>4</sup> Sobre os deputados da província dirá Ramalho, de novo, em Novembro de 1881: «Vinde! Vinde a nós, ó Provincianos! Mais tarde a Província vos inscreverá na lista dos seus jacobinos, quando a Capital vos houver restituído às vossas respectivas paróquias, físicos ou diabéticos, vassios da cabeça e dos bolsos, despeitados e imbecis» (Ortigão: 1946, vol. II, p. 67).

<sup>5</sup> Eça de Queiroz: 1965, vol. I, pp. 57-61.

<sup>6</sup> Em Agosto de 1871 Ramalho Ortigão fez uma violenta crítica do perfil de António Aires de Gouveia, então presidente da Câmara dos Senhores Deputados, como cidadão, como político e como homem da Igreja, que se constitui num exemplo elucidativo da apreciação que os autores das *Farpas* fizeram da maioria dos políticos portugueses. (Ortigão: 1962, pp. 29-35).

<sup>7</sup> Eça de Queiroz: 1965, vol. I, pp. 67-77.

nheiro, ou pela promessa, pela lisonja, pelo dolo, pela mentira. Não há integridade nem limpeza de carácter que resista à influência degradante e sordidíssima de uma campanha eleitoral. (...) A campanha eleitoral é uma navegação pestilencial pelo cano de esgoto de todas as imundícies da conveniência, do egoísmo e da ambição.» (Ortigão: 1960, p. 96). À ironia sobre o valor do voto<sup>8</sup> adiciona-se a repulsa pelos elegíveis: a «maioria dos candidatos se acham mortos e embalsamados no seu próprio corpo» (Eça de Queiroz: 1965, vol. I, p. 64). Nesta incapacidade individual radicaria, certamente, a inoperância do Parlamento Português, depreciativamente comparado com os restantes: «Lêem-se os extractos de todas as câmaras do mundo, e em todas há seriedade e discussão inteligente; em todas se trabalha, se pensa, se organiza, se legisla. Entre nós vemos (...) todas as questões úteis e altas desprezadas, e uma perpétua ventania de insultos trocados, e o abandono de toda a ideia, o ódio de todo o trabalho, o esquecimento de toda a decência! (...) Sois tão criminosos que nos fazeis perder o riso.» (Eça de Queiroz: 1965, vol. I, p. 159).

Mesmo as reformas mais urgentes, como a da Carta Constitucional, foram sendo adiadas em função de sentimentos egoístas:

«O que tentais evitar é que intervenha na vossa política, a força da opinião popular! E sabeis porquê? Porque se a democracia, mesmo sob a forma monárquica, tivesse o seu advento – as vossas doces e rendosas sinecuras ficariam estate-ladas no chão! E vós quereis ouvir Bellini em S Carlos, e tomar sorvetes no Verão com sossego! Eis aí!

Ah! Vós dizeis que *amais o progresso*. Amais o progresso que vos inventa cadeiras mais cómodas» (Eça de Queiroz: 1965, vol. I, p. 152).

Quanto aos governos, que Ramalho considerava serem em «todas as velhas sociedades (...) os inimigos natos do progresso», em nada colaboram para a «evolução progressiva da humanidade», pois que apenas fazem as «transformações sociais que a solução de cada novo problema resolvido pela ciência impõe à existência dos povos» (Ortigão: 1962a, p. 40). A habitual descrença nas capacidades dos políticos portugueses levou Eça a afirmar: «As reformas em Portugal são um adorno externo do ministério» (Eça de Queiroz: vol. II, p. 58). Para ele o fomento do país estava comprometido pelo comportamento desastroso dos governos, pois que «Todo o ministério que entra – deita reforma e cupé. O ministro cai – o cupé recolhe à cocheira e a reforma à gaveta» (Eça de Queiroz: vol. II, p. 59). Remata lapidarmente: «A reforma é uma formalidade que tem a preencher perante o País todo o ministro – menos essencial que o cupé de aluguer, mais necessária que a farda de empréstimo.» (Eça de Queiroz: vol. II, p. 60)<sup>9</sup>.

Eça e Ramalho também não acreditavam na eficácia do poder local. As câmaras municipais, os seus presidentes, os seus vereadores, foram frequentemente criticados e comparados depreciativamente com os seus congéneres europeus. «Os vereadores da cidade de Paris são homens conhecidos em todo o mundo. Nós contentar-nos-íamos com que os vereadores de Lisboa fossem conhecidos nas suas freguesias» (Ortigão: 1946, tomo II, p. 68). Além de desconhecidos eram considerados incompetentes, lamentando o autor que os eleitores não adoptassem nas suas escolhas os necessários cuidados: «Desde que Lisboa não quer decididamente votar pela competência, parece-nos então que o melhor que tem que pedir é a recondução do terramoto, porque uma cidade faz melhor figura arrasada pelo desprezo de Deus do que dissolvida pela

<sup>8</sup> Ortigão: 1946, vol. I, pp. 205-209.

<sup>9</sup> Ortigão: 1960, p. 96.

inépcia dos mortais» (Ortigão: 1946, vol. II, p. 70)<sup>10</sup>. A par da acusação de incapacidade, surge também a enunciação de comportamentos incorrectos:

«A Câmara Municipal de Lisboa é a alma enferma encarregada de animar as escumas e as podridões da cidade com a sua vitalidade paludosa.

Onde roça o hálito municipal as coisas gangrenam.» (Ortigão: 1962a, p. 33)<sup>11</sup>.

Os erros decorrem do desconhecimento, da falta de análise dos problemas, da ausência de estudo das soluções mais adequadas<sup>12</sup>. As Câmaras desconheciam a gestão municipal das modernas sociedades democráticas.

Neste oceano de incompetências acumuladas, o contributo da coroa era inexistente e os seus discursos vazios de interesse e sem qualquer contributo positivo para a vida política nacional: «Porque em todo o seu discurso a Coroa não faz mais do que repetir algumas notícias velhas» (Ortigão: 1946, tomo II, p. 112), reduzido a um mero espectáculo, «uma velha formalidade, anacrónica e decrépita sem significação e sem virtude.» (Ortigão: 1960, vol. XII, p. 210). A ironia sobre a corte, sem as qualidades desejáveis, levou Ramalho a considerá-la «não um apoio, [mas] (...) um perigo para a realeza. O espírito do soberano imobiliza-se necessariamente em um tal meio como numa atmosfera de chumbo» (Ortigão: 1962, vol. XIV, p. 80).

Em suma, Eça e Ramalho consideravam Portugal «o país mais atrasado e o mais pobre de todo o mundo civilizado.» (Ortigão: 1946, tomo I, p. 81) e não acreditam na eficácia das iniciativas de reformas administrativas, da instrução, da judicatura e até da carta<sup>13</sup>. Eça constata que as «reformas políticas servem um ou dois meses para um ministério fingir que administra, iludir a Nação ingénua, imitar a iniciativa fecunda dos reformadores 'lá de fora', aparentar zelo pelo bem da Pátria, justificar a sua permanência no 'poder'» (Eça de Queiroz: 1965, vol. II, p. 58).

Para Eça de Queiroz a exagerada tutela do Estado, de que dependeriam amplos sectores da sociedade portuguesa, traduzir-se-ia numa pobreza geral, geradora de uma excessiva preocupação com a própria subsistência, obliteradora de uma escolha consciente e lúcida dos actores políticos. Procurando evidenciar o pragmatismo das opções, a impreparação dos detentores de poder e, simultaneamente, a indigência da política portuguesa, transcreve o que terá dito um governador civil: «É boa! Dizem que sou sucessivamente regenerador, histórico, reformista! (...) Eu nunca quis ser senão – governador civil!» (Eça de Queiroz: 1965, vol. I, p. 34).

Este estado de coisas levaria à aceitação das injustiças. Os autores das *Farpas* esforçavam-se por contrariar o comodismo. «Somos dois simples sapadores às ordens do senso comum – O grosso do exército vem atrás. Chama-se a Justiça», dizia Eça (Eça de Queiroz: 1965, vol. I, p. 15).

O pauperismo da política nacional era, para o mesmo autor, apenas uma das muitas fragilidades do Portugal de oitocentos onde «os espíritos est[avam] doentes, os sentidos insatisfeitos» (Eça de Queiroz: vol. I, p. 37). Nenhum acto de cultura o era,

<sup>10</sup> Em Novembro de 1871 Ramalho afirmava, uma vez mais, a incompetência da edilidade da capital: «O município de Lisboa tem sido até hoje o espelho da incúria e do desleixo.» (Ortigão: 1960, vol. XII, p. 150).

<sup>11</sup> A obra inclui muitos outros exemplos de acusações contra a Câmara Municipal de Lisboa (Ortigão: 1961, pp. 33-47 e 133-143).

<sup>12</sup> Eça dissertou, também, acerca da incompetência da Câmara Municipal do Porto ao construir uma praça de peixe totalmente desadequada ao fim a que se destinava (Eça de Queiroz: 1965, vol. I, pp. 175-177), ou, ainda, sobre a inadequada afectação de meios à compra de um leopardo pela Câmara Municipal de Lisboa em detrimento da resolução de muitos dos ingentes problemas da cidade (Eça de Queiroz: 1965, vol. I, pp. 267-271).

<sup>13</sup> Eça de Queiroz: 1965, vol. II, p. 57.

verdadeiramente. Não se compravam livros, não se apreciava o teatro com ideias. Nos cafés ou no Passeio Público o mesmo enfado, a mesma ausência de conhecimentos. A conclusão assusta o mais benévolo dos leitores:

«Perdeu-se através de tudo isto o sentimento de cidade e de pátria. Em Portugal o cidadão desapareceu. E todo o país não é mais do que *uma agregação heterogénea de inactividades que se enfastiam*.

É uma Nação talhada para a ditadura – para a conquista.» (Eça de Queiroz: vol. I, p. 38).

Um dos poucos textos de apoio e optimismo foi redigido aquando da inauguração da ponte sobre o Douro, data de Janeiro de 1878, e nele Ramalho rende-se à evidência das mudanças ocorridas no país, referindo a existência de um novo poder que «é na esfera espiritual a ciência e na esfera temporal a indústria. A ponte sobre o Douro é a mais bela e a mais perfeita expressão simbólica desse poder ao qual o país inteiro acaba de prestar o culto mais unânime, o mais desinteressado, o mais solene de que há exemplo na história das manifestações do aplauso público.» (Ortigão: 1963, pp. 170-171).

Importa sublinhar que os trabalhos de investigação histórica<sup>14</sup>, reflectindo a época retratada nos textos em análise, permitem concluir que grande parte das páginas das *Farpas* se constituem como uma sátira da realidade portuguesa, que os autores desejavam mais evoluída, perfeita e pura. Elogiando a observação irónica da realidade, Ramalho cita Champfleury, que sobre a caricatura dizia ser «o negro do branco, (...) a noite do dia, (...) o não do sim.» (Ortigão: 1970c, p. 178). Cremos que não deve haver intolerância para com a escrita de sarcasmo, mas pensamos, por outro lado, que não pode ser feita a sua leitura linear, pois que a confusão entre o escrito e o descrito pode prejudicar os objectivos dessa ironia. Interpretando-a como o espelho da realidade, e não como a sua caricatura, correremos o risco de esconder a verdade, de enegrecer a nobreza dos actos positivos no manto da denúncia dos prevaricadores, dos incompetentes, dos inaptos. Inutilizaríamos o benefício do alerta, enlameando tudo e todos no comportamento de alguns. Não podemos ser signatários das claramente abusivas palavras generalizadoras de Eça: «Portugal não tendo princípios, ou não tendo fé nos seus princípios, não pode pròpriamente ter costumes.» (Eça de Queiroz: 1965, vol. I, p. 33).

A utilidade das *Farpas*, enquanto denúncia dos erros e desvios ocorridos na vida política portuguesa parece-nos iniludível e, certamente, a hostilidade de alguns sectores sociais reflectia a perturbação e contrariedade sentida perante o abalo que alguns dos seus textos produziram no *statu quo*. Porém, remexer para mudar é útil mas não é retratar. Importa, pois, fugir da tentação de fazer coincidir as duas situações, sob pena de falsearmos a realidade, de fragilizarmos a auto-estima de um povo que, tal como os outros povos que iniciaram na época o caminho da democracia, encontrou resistências, escolhos, oposições, inércias, antagonismos e, muitas vezes, acções de destruição dos avanços introduzidos, mas, tal como nos outros países, também em Portugal o progresso encetado foi enorme, sendo o projecto claramente positivo apesar das dificuldades do percurso. O liberalismo iniciou um caminho profundamente transformador, de dignificação do ser humano, que, antes súbdito, viu abrir-se a porta que o conduz à cidadania. Como o próprio Eça lembrava em Outubro de 1872 ao dirigir-se

<sup>14</sup> Acerca do processo eleitoral citamos, a título de exemplo: Almeida: 1988; Almeida: 1991; Almeida: 1998; Almeida: 1995; Cruz: 1991; Cruz: 1992; Cruz: 1996a; Cruz: 1996b; Cruz: 1999; Cruz: 2004; Forner: 1997; Mónica: 1996; Moreira: 1997; Sobral: 1992.

aos operários acerca das suas greves, as mudanças foram enormes: «nós que ainda não há cem anos deixámos pela primeira vez de ajoelhar, quando falávamos na sala dos Estados gerais, diante do rei imutável e sagrado sob o seu dossel de arminho; nós que ainda há pouco, na noite de 4 de Agosto, repeliámos para a arqueologia o privilégio aristocrático» (Eça de Queiroz: 1965, vol. II, p. 219).

Com a revolução liberal, Portugal, à semelhança de outros países, encetou um caminho difícil, teve de enfrentar os resistentes do passado e as diferentes sensibilidades dos próprios liberais. Os progressos podem ter sido lentos, sobretudo mais lentos que o desejável, mas é necessário sublinhar que, desde início, foram consignadas as eleições com voto secreto<sup>15</sup> e o princípio de atribuição de apenas um voto a cada um dos eleitores, divisas de adopção pouco generalizada nas nações que percorreram caminho político semelhante. Alguns países, como o Reino Unido ou a Bélgica, consignaram nos seus sistemas eleitorais a atribuição de vários votos a uma mesma pessoa em função de certas circunstâncias, como por exemplo a posse de determinadas habilitações académicas ou a condição de chefe de família. No Reino Unido essa anomalia, claramente atentatória do princípio da igualdade, manter-se-á até 1948, data a partir da qual os diplomados por Oxford, Cambridge e Dublin e, ainda, alguns empresários, perderão o privilégio de duplo voto. Este tipo de prerrogativa foi retirada a alguns eleitores belgas em 1919 (Romanelli: 1997, p. 43; Almeida: 1991, pp. 205-215).

As eleições no nosso País foram indirectas apenas até à regeneração, a capacidade eleitoral foi sendo alargada ou restringida em função das opções políticas dominantes, mas os debates parlamentares patenteiam a luta constante entre os mais conservadores e aqueles que aderiram às ideias políticas, culturais, económicas e sociais mais avançadas<sup>16</sup>. Portugal não esteve fechado ao debate de ideias, as actas das sessões parlamentares evidenciam-no claramente e seria grotesco apelidar de ociosos e sem princípios alguns dos belos discursos a que as páginas dos *Diários da Câmara dos Senhores Deputados* permitem aceder<sup>17</sup>. Portugal não esteve isolado da Europa, seguiu muitas vezes caminhos já trilhados por outras nações mas que algumas outras tardavam em adoptar. É o caso do sufrágio universal, que quase foi atingido no nosso país com a legislação eleitoral de 1878, que concedia direito de voto a todos os homens com idade superior a 21 anos que comprovassem o censo de 100\$000 réis, ou soubessem ler e escrever, ou fossem chefes de família. A França adoptou o sufrágio universal masculino em 1848, no mesmo ano em que a Suíça o fez, mas muito outros países apenas o introduziram no século XX. Do conjunto de países menos liberais na concessão de direito de voto fazem parte a Noruega, que apenas adoptou um sufrágio mais alargado depois de 1897; a Suécia, que seguiu um regime censitário muito restritivo até 1907; a Holanda, que só alargará o eleitorado, pela introdução de medidas capacitárias ao lado das censitárias, a partir de 1896; a Bélgica, que manteve até 1892 um grupo de possuidores de direito de voto de cerca de 2% da sua população, quando em Portugal, na mesma data, os eleitores atingiam 18% a 19% dos portugueses. Se é verdade que algumas vicissitudes ocorridas na vida política nacional provocaram contracção do eleitorado nacional após 1895, não existe qualquer equívoco na constatação de que, em regime monárquico constitucional, mesmo depois desta data, o limite mínimo de 12% que então atingiu o eleitorado português (1895-1910) era superior ao alcançado em igual período, em Itália (7%-9%) e comparável ao da Holanda, Reino Unido ou Suécia (Forner: 1997; Almeida: 1991, pp. 205-215).

<sup>15</sup> Em vários países o sistema eleitoral não adoptava o voto secreto. São exemplos os casos inglês, americano e espanhol de Cádiz (Romanelli: 1997, p. 37).

<sup>16</sup> Cruz: 2004.

<sup>17</sup> Cruz: 2004.

O nosso País não foi motor mas também não ficou na marginalidade do processo, ainda hoje inacabado, de democratização das sociedades europeias. A forma acelerada como no liberalismo português se fez a substituição da elite do Antigo Regime é, aliás, singular (Monteiro: 1998, p. 554). Os critérios de recrutamento dos notáveis tinham mudado, constituindo-se o mérito como um dos mais relevantes. A nobreza titular tornar-se-á minoritária na Câmara dos Pares na década de 1880, sendo a sua presença no Governo e na Câmara de Deputados inferior à verificada em instituições congêneres de muitos dos países europeus (Silveira: 1992, p. 351; Marques: 1981, vol. III, p. 66; Almeida: 1991).

Se os “influentes” do século XIX evidenciam uma quase obsessão pelo controle dos eleitores, esta preocupação espelha uma inquietação que é nova, pois que, antes da implantação do liberalismo, o poder político era autónomo, quase indiferente à consulta dos cidadãos. Outrora não era preciso cativar os inexistentes votantes. Com o sistema representativo os políticos tiveram de divulgar os seus objectivos programáticos, enumerar os benefícios que as populações podiam esperar da sua governação. Os votos correspondiam às ambições individuais e/ou colectivas que a crença na palavra dos candidatos fazia supor ser possível realizar. Ao nível local, sobretudo longe das grandes cidades, os caciques arregimentavam os eleitores, que, não esqueçamos, tinham, no nosso país, direito a um voto secreto, mas que eram limitados na sua capacidade de escolha em função da sua situação de impreparação política, fragilidade psicológica ou carência económica. A influência eleitoral é corolário do prestígio, da notoriedade, do seu detentor com capacidade de induzir o juízo, a opção, do menos soberano, do mais fraco, do menos preparado, do mais carenciado. A capacidade deste terá de ser incrementada através do progresso económico e cultural, percurso em que avulta a importância da escola enquanto espaço de formação e informação capaz de dotar os cidadãos dos instrumentos adequados à análise independente da realidade. Homens isolados ou ligados institucionalmente (igrejas, partidos, etc.) dispõem de uma enorme capacidade de divulgação dos objectivos e aspirações comuns e individuais, de alteração ou manutenção de valores. A ética dominante é servida por grupos delimitados mas que têm necessidade da adesão dos eleitores e procuram-na através da palavra elucidadora, ou alienadora, não raro servindo-se, também, de outros vias, algumas bem sinuosas e menosprezadoras do indivíduo. Nas sociedades alicerçadas no poder representativo o objectivo dos políticos é a captação dos votos, essência da legitimidade que permite a implementação de projectos que vão consubstanciando o modelo de ser humano, de sociedade, que informa as suas opções. Estas só podem ser verdadeiramente aquilatadas quando existe igualdade, ou pelo menos proximidade, informativa e formativa entre representantes e representados. Trata-se de um processo que tem sido lentamente aperfeiçoado com o contributo de muitos homens e mulheres bons, empenhados com autenticidade, na construção de uma cidadania consciente e positiva. O percurso desta edificação não deixa de espelhar a multiplicidade da condição humana e tem sido interrompido e enfraquecido, excessivas vezes, por acções menos edificantes de alguns dos seus arautos, que, astuciosamente, se vêm servindo de ideais grandiosos para a satisfação de objectivos mesquinhos. A sua denúncia, o conhecimento das infracções, ajuda ao aperfeiçoamento, que se deseja ininterrupto, da democracia, na convicção, repetidamente afirmada, de ser este um sistema carregado de múltiplos defeitos mas, até ao momento, o melhor de todos os experienciados, aberto ao aperfeiçoamento pelo debate, pela denúncia, pelo reforço da cultura e da educação. É, no entanto, um sistema frágil que importa proteger, salvaguardando a sua essência e expurgando-o, militantemente, de cada uma das suas debilidades.

Portugal, desde 1820 aos nossos dias, encetou um caminho entrecortado de acidentes e recuos. As dificuldades do percurso não podem ser analisadas isoladamente. Elas existiram em todos os países que iniciaram a marcha da construção da igualdade de todos os seres humanos. Os escritores que traduziram as vicissitudes, os erros, as fraudes, nas suas obras, alguns de forma eloquente, devem ser lidos com ponderação, efectuando avaliações comparativas com o processo gradual de instauração da democracia em outras nações. As *Farpas*, sobretudo as escritas por Eça de Queirós, deixaram-nos páginas de inegável beleza literária com algumas análises políticas, infelizmente ainda hoje actuais, mas reproduzem apenas a parcela do que foi mal feito. Mostram apenas, ou quase só, a parte podre da maçã. Importa, pois, estudar e criticar as fontes para averiguar da justeza dessas denúncias e, sobretudo, entender os acontecimentos em contexto histórico, inseridos num percurso de excessiva lentidão para os autores cultos e politizados mas claramente, a nosso ver, consentâneo com os padrões evolutivos das democracias europeias, sendo patente que, em alguns momentos, foram introduzidas inovações que surpreenderam e assustaram muitos portugueses mais conservadores, a par do seu acolhimento indiferente pelos menos conscientes da necessidade de participação empenhada de todos os cidadãos na construção da democracia que consubstancia um mundo claramente melhor. Como dizia Eça de Queiroz, «a gargalhada nem é um raciocínio, nem um sentimento; não cria nada, destrói tudo, não responde por coisa alguma.». Embora o ilustre escritor entendesse que ela era «o único comentário do mundo político em Portugal» (Queiroz: 1965, vol. I, p. 145). As ironias e exageros, próprias de quem quis de forma frontal e empenhada enobrecer o país, usando o estilo literário que o caracterizava, não podem, como imagens parcelares que são, conspurcar e obscurecer os esforços dignos e intensos dos construtores de etapas fundamentais do caminho da democracia. Importa, pois, procurar a realidade para além destes textos e enquadrar o descrito no tempo e no espaço. Os problemas da democracia, acreditamos, resolvem-se com mais democracia. Sigamos Eça de Queiroz, para quem «As declamações têm tirado à democracia o seu carácter privado de realidade e de ciência. Temos ouvido cantar a democracia, berrá-la, soluçá-la: é tempo de a vermos demonstrar. Deixemos no bengaleiro a nossa perpétua inclinação nacional de escutar odes – e entremos só com a tendência humana de resolver problemas.» (Eça de Queiroz: 1965, vol. I, p. 45).

As *Farpas*, impressas por conta dos próprios autores, tiveram um enorme êxito e constituem-se como um magnífico exemplo da importância da liberdade de imprensa então existente. Louvadas por muitos, recriminadas por outros tantos, consideradas por Rodrigues de Freitas, no Parlamento, como «uma obra de educação pública» (Ortigão: 1946, vol. I, p. 251), tiveram um carácter de denúncia, exigente, daquilo que ia mal em Portugal, mas não são o fiel repositório da vida política nacional. As ideias dos seus autores eram avançadas em relação ao pensamento dominante. Podiam exprimi-las, livremente, trabalhando assim para a revolução «preparada na região das ideias e da ciência; espalhada pela influência pacífica de uma opinião esclarecida», aquela que desejavam para o nosso país. A sua independência, o seu esclarecimento, fizeram-nos arautos das opiniões mais progressistas e eco dos conflitos doutrinários então existentes. Não estavam, no entanto, imunes ao erro e aos frequentes exageros.



**Bibliografia citada**

- ALMEIDA, Pedro Tavares de (org. e introd.)  
1988, «Nos bastidores da eleição de 1881. A correspondência de José Luciano de Castro», in *Revista de História Económica e Social*, n.º 23, pp. 65-113.
- ALMEIDA, Pedro Tavares de  
1991, *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Difel.
- ALMEIDA, Pedro Tavares  
1995, *A Construção do Estado Liberal. Elite política e burocracia na "Regeneração" (1851-1890)*, dissertação de doutoramento, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- ALMEIDA, Pedro Tavares de  
1998, *Legislação Eleitoral Portuguesa*.
- CRUZ, Maria Antonieta  
1991, «Repercussões eleitorais da Revolta de 31 de Janeiro de 1891 na cidade do Porto», in *Revista da Faculdade de Letras*, vol. VIII, Porto.
- CRUZ, Maria Antonieta  
1992, «Impacto da legislação eleitoral fontista de 1878 no Distrito do Porto», in *Revista da Faculdade de Letras*, II série, vol. IX, Porto, pp. 251-267.
- CRUZ, Maria Antonieta  
1996a, «A vereação portuense na segunda metade do século XIX – Evolução socioprofissional», in *O Poder Regional: Mitos e realidades*, Actas das III Jornadas de Estudo Norte de Portugal – Aquitânia, Março de 1993, Porto, Publicações da Universidade do Porto, pp. 403-413.
- CRUZ, Maria Antonieta  
1996b, «Os eleitores de Rodrigues de Freitas em 1871 e 1878», in *Actas do Colóquio Rodrigues de Freitas*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 173-188.
- CRUZ, Maria Antonieta  
1999, *Os Burgueses do Porto na Segunda Metade do século XIX*, Porto, Fundação Eng.º António de Almeida.
- CRUZ, Maria Antonieta  
2004, «Debates parlamentares em torno do direito de voto no Portugal Oitocentista», a incluir no livro de homenagem ao Professor Luís de Oliveira Ramos.  
*Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, Lisboa, Imprensa Nacional, vários anos.
- FORNER, Salvador (coord.)  
1997, *Democracia, Elecciones y Modernización en Europa – Siglos XIX y XX*, Madrid, Cátedra.
- MÓNICA, Maria Filomena  
1996, «As reformas eleitorais no constitucionalismo monárquico, 1852-1910», in *Análise Social*, XXXI (139), Lisboa, ISC, pp. 1058-1063.
- MARQUES, A H. de Oliveira  
1981<sup>2</sup>, *História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Palas Editores.

- MONTEIRO, Nuno Gonçalo  
1998, *O Crepúsculo dos Grandes (1750-1832)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- MOREIRA, Fernando (org. e notas)  
1997, *José Luciano de Castro – Correspondência política (1858-1911)*, Lisboa, Quetzal.
- OLMO, M.<sup>a</sup> Concepción Marcos del  
1995, *Voluntad popular y urnas*, Valladolid, Universidad de Valladolid.
- ORTIGÃO, Ramalho  
1946, *As Farpas Esquecidas*, 2 vols., Lisboa, Clássica Editora.
- ORTIGÃO, Ramalho  
1956, *As Farpas* – tomo XI, Lisboa, Clássica Editora.
- ORTIGÃO, Ramalho  
1960, *As Farpas* – tomo XII, Lisboa, Clássica Editora.
- ORTIGÃO, Ramalho  
1961, *As Farpas* – tomo XIII, Lisboa, Clássica Editora.
- ORTIGÃO, Ramalho  
1962a, *As Farpas* – tomo IV, Lisboa, Clássica Editora.
- ORTIGÃO, Ramalho  
1962b, *As Farpas* – tomo XIV, Lisboa, Clássica Editora.
- ORTIGÃO, Ramalho  
1963, *As Farpas* – tomo XV, Lisboa, Clássica Editora.
- ORTIGÃO, Ramalho  
1964, *As Farpas* – tomo II, Lisboa, Clássica Editora.
- ORTIGÃO, Ramalho  
1965, *As Farpas* – tomo V, Lisboa, Clássica Editora.
- ORTIGÃO, Ramalho  
1970a, *As Farpas* – tomo VII, Lisboa, Clássica Editora.
- ORTIGÃO, Ramalho  
1970b, *As Farpas* – tomo VIII, Lisboa, Clássica Editora.
- ORTIGÃO, Ramalho  
1970c, *As Farpas* – tomo IX, Lisboa, Clássica Editora.
- ORTIGÃO, Ramalho  
1971a, *As Farpas* – tomo I, Lisboa, Clássica Editora.
- ORTIGÃO, Ramalho  
1971b, *As Farpas* – tomo X, Lisboa, Clássica Editora.
- PIWNIK, Marie-Hélène  
1996, «Oligarchie et caciquismo – Quelques regards du XIX<sup>e</sup> siècle», in *O Poder Regional: Mitos e Realidades*, Porto, Publicações da Universidade do Porto, pp. 415-425.

QUEIROZ, Eça

1965, *Uma Campanha Alegre*, 2 vols., Porto, Lello & Irmão.

ROMANELLI, Raféale

1997, «Sistemas electorales y estructuras sociales. El siglo XIX europeo», in FORNER, Salvador (coord.), *Democracia, elecciones y modernización en Europa – Siglos XIX y XX*, Madrid, Cátedra, pp. 47-68.

SILVEIRA, Luís Espinha da

1992, «Revolução Liberal e Pariato (1834-1842)», in *Análise Social*, vol. XXVII (116-117), Lisboa.

SOBRAL, José Manuel, e ALMEIDA, Pedro Tavares de

1992, «Caciquismo e poder político. Reflexões em torno das eleições de 1901», in *Análise Social*, XVIII (72/74), Lisboa, ICS, pp. 649-671.